**A POLÍTICA CURRICULAR NA BNCC DE GEOGRAFIA: GLOBALIZAÇÃO COMO PONTO NODAL PARA INSERÇÃO DO ESPAÇO VIRTUAL E GEOTECNOLÓGICO NOS CONTEXTOS ESCOLARES**

Matheus Lucas dos Santos Silva – ProPEd/UERJ

Resumo

Este texto problematiza os sentidos tecnológicos que buscam ser integrados às práticas curriculares cotidianas que acontecem nos contextos escolares em suas relações com campos disciplinares, como é o caso da Geografia. Nas políticas curriculares atuais, é possível chamar atenção para as defesas mobilizadas por meio de articulações que demandam a centralidade das tecnologias como sinônimo de qualidade da educação e apostam em ampliações conceituais, a exemplo do espaço geográfico para espaço virtual, em decorrência das utilizações de geotecnologias no mundo globalizado. Através da apropriação dos aportes pós-estruturais e pós-fundacionais, aborda-se a BNCC como um momento de uma política curricular mais ampla, mas que pretende controlar aquilo que é imponderável ao currículo, acenando caminhos prescritivos à prática docente a partir de interpelações geográficas.

Palavras Chaves: Política Curricular; BNCC; Espaço Virtual; Geotecnologias.

A globalização tem sido um ponto nodal (Laclau, 2011) para justificar algumas das mudanças/reformas educacionais que vêm ocorrendo desde os anos de 1990 (Tura; Pereira, 2014). Em diferentes momentos de uma política curricular mais ampla, rastreamos a justificativa de que seria preciso remodelar o que/como se ensina nas escolas como derivação de uma melhoria para tornar-se “balizadora da qualidade da educação” (Brasil, 2018. p. 4), como é o caso da BNCC promulgada no ano de 2018.

Na busca de situar a perspectiva operada neste trabalho, é feita uma apropriação dos estudos pós-estruturais e pós-fundacionais em diálogo com as pesquisas de Lopes e Macedo (2011), em que propõem o currículo como prática discursiva sempre circunscrita pela/na indecibilidade, lutando pela sua significação. Ao fazer tal movimento, lida-se com a linguagem como constituidora do social que contribui nas disputas de poder para (des)construir a realidade.

De tal modo, a Teoria do Discurso de Laclau (2011) e Laclau e Mouffe (2015) torna-se um operador-estratégico para pensar a política destituída de um centro fixo ou único, tornando-a descentrada, contraditória e desordenada. A política referenciada por essa perspectiva e interpretada neste trabalho, é mobilizada por articulações de demandas que visam combater algo compreendido como ameaça ou faltoso em si no currículo (Lopes, 2015).

Com base em Laclau (2011) e Laclau e Mouffe (2015) às demandas visam limitar o jogo da diferença com sua capacidade discursiva de fixar sentidos em torno de um ponto nodal, privilegiando determinada pauta contingencialmente. Logo, interpreta-se aqui, a globalização vinculada a inovação da tecnologia como ponto nodal na tentativa de controlar os sentidos de Geografia na política curricular.

Embora o termo globalização seja utilizado para simbolizar um período específico em que os sentidos de tecnologias ganham protagonismo, autores como Appadurai (2004, p. 43) discutem que este fenômeno não é atual, uma vez que o mundo sempre foi “um aglomerado de interacções em larga escala”, no qual as tecnologias contribuem para essas interações e são mobilizadas pelos fluxos culturais capazes de transformar-lo em uma aldeia global.

Segundo Appadurai (2004, p. 45), o mundo que estamos inseridos é rizomático, esquizofrênico em que se criam comunidades que não se restringem a pertencimentos, um mundo que “requer teorias do desenraizamento, da alienação e da distância psicológica entre os indivíduos e grupos por um lado, das fantasias (ou pesadelos) da contiguidade electrónica por outro”. Em outras palavras, um mundo com relações precárias e provisórias em um constante fluxo impossibilitado pelo estancamento.

Ao refletir sobre as dimensões culturais da globalização, Appadurai (2004) opera com o sufixo “paisagem” para marcar o fluxo e a não-linearidade entre cada um dos horizontes, a saber: etnopaisagem, mediapaisagens, tecnopaisagens, financiopaisagens e ideopaisagens. Neste momento, importa chamar atenção para a noção de mediapaisagens e ideopaisagens, à medida que a primeira está atrelada a “distribuição da capacidade eletrônica para produzir e disseminar informação” (Appadurai, 2004, p. 53), na qual há um grande interesse privado e público em escala global e nas imagens criadas pelos meios de comunicação que projetam um determinado mundo. Já a ideia de ideopaisagem também se aproxima das mediapaisagem associadas a imagem, porém com cunho ao forte interesse das ideologias de Estado e contra-ideologias.

Ferreira (2023) dialoga que as imagens das mediapaisagens, os estudos promovidos por plataformas, propagandas e guias carregam uma ideia centrada no imaginário de qualidade da educação, a partir de meios tecnológicos que podem criar percepções de realidade e uma vida projetada/desejada. Lopes (2010) discute os riscos do significante vazio “qualidade da educação” como um esvaziamento e hibridismo de sentidos cada vez mais amplos. É por intermédio dele que a ampla flutuação de significantes tão diferentes é capaz de incluir determinadas agendas e demandas no jogo político.

Ao chamar atenção para os campos disciplinares, é possível rastrear a justificativa para inserção dos temas tecnológicos nos currículos, sobretudo no campo curricular de Geografia, como podemos ver no seguinte excerto da BNCC (Brasil, 2018. p. 381):

“Para tanto, é preciso que os alunos ampliem seus conhecimentos sobre o uso do espaço em diferentes situações geográficas regidas por normas e leis historicamente instituídas, **compreendendo a transformação do espaço em território usado – espaço da ação concreta e das relações desiguais de poder, considerando também o espaço virtual proporcionado pela rede mundial de computadores e das geotecnologias**. Desenvolvendo a análise em diferentes escalas, espera-se que os estudantes demonstrem capacidade não apenas de visualização, mas que relacionem e entendam espacialmente os fatos e fenômenos, os objetos técnicos e o ordenamento do território usado” (grifo nosso).

É possível fazer a interpretação de que o espaço geográfico - termo caro ao campo disciplinar de geografia - não daria conta do debate mediante as mudanças no ambiente e precisaria ampliar sua concepção para incluir também o espaço virtual, enfatizando o uso das geotecnologias para compreender o mundo de forma integrada.

Ao enunciar tal concepção, é feita uma abordagem do espaço geográfico como fenômeno estático que não leva em consideração sua possibilidade de movimento, num porvir (Massey, 2008), aberta a diferentes práticas espaciais de significação (Straforini, 2018) no campo discursivo, além de estar desenvolvendo uma expectativa de projeto nacional de geografia que poderia ser trabalhada nos ambientes escolares (Rodrigues; Costa, 2023), onde desconsideram a imprevisibilidade do chão da escola.

De acordo com Rodrigues e Costa (2023), tanto a noção de espaço como algo puro e acessível, quanto o projeto de geografia nacional está plastificando-se por meio do senso realístico e concreto que promoveria o acesso à essência do conhecimento. Portanto, ao concordar com Laclau (2011, p. 81) apud Rodrigues e Costa (2023, p. 200), questiona-se a possibilidade de afirmar “um vínculo essencial entre a noção obsoleta de um fundamento da história e da sociedade e de conteúdos concretos, que a partir do iluminismo tem cumprido esse papel de fundamento”.

Os sentidos da “rede mundial de computadores e das geotecnologias” expressos pela BNCC, alinham-se apenas como meio de aparato midiático e desconsideram-no como linguagem marcada pela produção cultural (Ferreira, 2016). Portanto, a BNCC de Geografia prescreve os caminhos a serem percorridos na escola e por meio das práticas pedagógicas docentes, excluindo outras perspectivas, significando o que é o conhecimento e projetando a identidade de um sujeito concebido pelo currículo que atende as demandas do mundo globalizado (Lopes; Macedo, 2011).

Nas palavras de Ferreira (2023), a adoção de tecnologias digitais como demandas aos currículos escolares ultrapassa a ideia de artefato, uma vez que seus usos produzem enunciações, traduções, sentidos culturais que estão complexificando as negociações e processos de hibridismo nos espaçostempos escolares. Nesse momento, cabe chamar atenção para as defesas dos professores e alunos como produtores de currículos, conhecimento e cultura por meio dos desafios que lidam cotidianamente, sem expectativas verticalizadas como desejadas pela BNCC.

Referências

APPADURAI, A. **Dimensões culturais da Globalização.** Lisboa: Teorema, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília: MEC, 2018.

FERREIRA, Lhays Marinho da Conceição. O celular como disputa de sentido. Anais III CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/21483>. Acesso em: 10/05/2024.

FERREIRA, Lhays Marinho da Conceição. Prescrições curriculares: problematizando o sentido de tecnologia em redes políticas digitais. 2023. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas críticas**, v. 21, n. 45, p. 445-466, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. A Qualidade da Escola Pública: uma questão de currículo? In: VIANA, F.; OLIVEIRA, Marcus Aurelio; FONSECA, Nelma; LIMA, Rita Cristina (Org.). **A Qualidade da Escola Pública no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Editora, 2012.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. Cortez: São Paulo, 2011.

MASSEY, D. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2008.

RODRIGUES, Phelipe Florez; COSTA, Hugo Heleno Camilo. BNCC para a geografia: disputas por uma geografia nacional?. **Revista Contemporânea de Educação.** v. 18 n. 43, p. 198 - 214, 2023.

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos avançados**, v. 32, p. 175-195, 2018.

TURA, M. PEREIRA, T. Políticas Curriculares, Sistemas de Avaliação e Conhecimentos escolares. In: Tura, M. L. R.; Garcia, M. M. A. (Orgs.). **Currículo, políticas e ação docente**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. P. 111 – 125.